Cargo: GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO
Matrícula Funcional: 000006001

Recurso(s):

Programa de Trabalho	Fonte do Recurso	Natureza da Despesa Valor
04129119126470000	0144000000	339030 944.00
04129119126470000	0144000000	339039 855.00
04122012546680000	0101000000	339030 300.00

Observação: CERAT - SANTARÉM

Ordenador: Josué Antonio Azevedo Monteiro

**SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 91145**

Portaria: 0688/2010

Prazo para Aplicação (em dias): 30

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5

Servidor: MARIA DO SOCORRO TEIXEIRA COSTA

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO

Matrícula Funcional: 000181301

Recurso(s):

Programa de Trabalho	Fonte do Recurso	Natureza da Despesa Valor
04129119126470000	0144000000	339030 1,260.00

Observação: CERAT - CAPANEMA

Ordenador: Josué Antonio Azevedo Monteiro

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

**CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 91347
ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 4766**

Contrato: 54/2009

Objeto: Aplicação de exames de Certificação on line em Agente de

Investimento - CPA-10 e CPA-20

Valor Total: 46.800,00

Data Assinatura: 20/10/2009

Vigência: 20/10/2009 a 19/10/2010

Dispensa: 9/2009

Contratado: Associação Nacional de Bancos de Investimento - ANBI

Endereço: Av das Nações Unidas, 8501

CEP. 05425-070 - São Paulo/SP Complemento: 21º andar

Ordenador: Affonso Rodrigues Vianna Neto

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 91328
TERMO ADITIVO: 1**

Data de Assinatura: 01/04/2010

Valor: 18.427,68

Vigência: 01/04/2010 a 30/06/2010

Justificativa: Prorrogação de prazo

Contrato: 29/2009

Contratado: Audimec Auditores Independentes S/S

Endereço: Av Gen Mac Arthur, Bairro: Imbiribeira, 235

CEP. 51160-280 - Recife/PE

Complemento: Terreo Apto 03 - Edf. Eliza Felix

Ordenador: Affonso Rodrigues Vianna Neto

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2010

Número de Publicação: 91275

O Banpará S/A, por meio da CPL, torna público o resultado da fase de

PONTUAÇÃO TÉCNICA da licitação em epígrafe, conforme a seguir:

ERNEST & YOUNG: 100 pontos

KPMG: 100 pontos

Abre-se o prazo para recurso e contra recursos conforme legislação

vigente.

A Comissão.

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 91431
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS
DE NÍVEL SUPERIOR – ADVOGADO NÍVEL 01
EDITAL Nº 002/2010**

O Presidente do Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização de Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva de cargo nível superior Advogado - nível 01, regidos pela CLT, observadas as disposições constitucionais, legais e normativas internas que regem o assunto, bem como, de acordo com os termos do presente Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1. O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade da Comissão Examinadora ao final especificada, designada pelo Presidente do BANPARÁ, obedecidas as normas deste Edital.

1.2. A seleção para o cargo de que trata este edital compreenderá o exame de habilidades e conhecimentos mediante aplicação de provas objetivas e dissertativas, de caráter eliminatório e classificatório, e de prova de títulos, de caráter classificatório.

1.3. O Concurso Público destina-se ao provimento de 02 (duas) vagas e à formação de cadastro de reserva, cuja admissão poderá ocorrer dentro do prazo de validade previsto neste Edital.

1.4. Os procedimentos pré-admissionais, inclusive os exames médicos e os exames complementares, serão de responsabilidade do BANPARÁ.

1.5. As provas para o concurso público ao cargo de Advogado serão realizadas exclusivamente na cidade de Belém.

1.6. O inteiro teor do Edital estará disponível no endereço eletrônico www.banparanet.com.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção deste documento.

1.7. Os candidatos aprovados e contratados deverão possuir disponibilidade para viagens a serviço.

1.8. A inscrição do candidato implicará na aceitação das normas para o processo seletivo público, contidas neste edital, nos comunicados e em outros a serem eventualmente divulgados.

2. DO CARGO E DAS VAGAS:

2.1. O Concurso Público destina-se ao provimento das vagas e à formação de cadastro de reserva, para o cargo de nível superior Advogado - nível 01, conforme Regulamento de Pessoal do BANPARÁ que disciplina as atividades dos funcionários do seu quadro funcional e no presente Edital:

ADVOGADO NÍVEL 01.

- **DESCRIÇÃO SINTÉTICA:** Zelar pela legalidade dos atos praticados em

nome do Banco, prestando assistência jurídica às Unidades, com vistas a subsidiar o processo decisório e desenvolvendo ações que se fizerem necessárias à consolidação do processo jurídico.

REMUNERAÇÃO: R\$4.735,48, composto de salário base (R\$1.995,83,) e Gratificação de Dedicção Exclusiva (R\$2.739,65) na forma do art. 20 da Lei 8.906/94.

OUTRAS VANTAGENS: Tiquete Alimentação (R\$410,90), Cesta alimentação (R\$289,34), Participação nos Lucros e Resultados (PLR), entre outros.

VAGAS: 02 (duas) vagas e formação de cadastro de reserva

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

2.1.1. Após o preenchimento das vagas indicadas, os candidatos aprovados e classificados poderão ser contratados para o preenchimento das vagas que vierem surgir dentro do prazo de validade do Concurso.

2.2. As atividades, escolaridade, e os requisitos exigidos para o cargo objeto deste Concurso Público estão indicados no Anexo I deste Edital.

2.3. O conteúdo programático para o cargo de advogado está indicado no Anexo II deste Edital.

3. DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE:

3.1. As pessoas portadoras de necessidades especiais, assim entendidas as que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal n.º 3.298/99 e suas alterações, têm assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, desde que a necessidade seja compatível com o cargo para o qual concorrem.

3.1.1. Do total de vagas e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Concurso Público, 5% (cinco por cento) ficarão reservadas às pessoas com necessidades especiais.

3.2 Para concorrer as vagas destinadas as pessoas com necessidades especiais, o candidato deverá:

a) declarar essa condição no ato da inscrição, em formulário próprio, disponibilizado na internet no site (<http://www.banparanet.com.br>), observando o disposto no subitem 3.1 deste Edital;

b) apresentar laudo médico, original ou cópia autenticada, emitido nos últimos doze meses, atestando o tipo e o grau ou o nível da necessidade, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa. Este documento deverá ser enviado na forma do subitem 3.3 deste Edital.

c) Apresentar requerimento de enquadramento como PNE (Anexo III) e Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição (Anexo IV), devidamente preenchidos, e boleto bancário a partir da inscrição na internet.

3.3 O candidato deverá enviar o laudo médico (original ou cópia autenticada), cópia autenticada do documento de identidade e dos formulários constantes dos Anexos III e IV, devidamente assinado, pelo correio por meio de Sedex (postado impreterivelmente até o dia 23 de Abril de 2010) ao BANCO DO ESTADO DO PARÁ - SUDEP - CONCURSO BANPARÁ - EDITAL 002/2010/ VAGA PNE, sito à Avenida Presidente Vargas, nº 251, 2º andar, Belém/PA, CEP: 66.010-000.

3.3.1. A critério do candidato, os documentos poderão ser entregues pessoalmente, até 23 de Abril de 2010, no horário de 8h30 às 12h30, no local indicado no item supra.

3.4 O envio do laudo médico, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O BANPARÁ não se responsabilizará por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo a seu destino.

3.5. Caso o candidato inscrito como portador de necessidades especiais não enviar ou entregar o laudo médico e documentos a que se refere o item 3.2 deste Edital, no prazo estabelecido, terá sua inscrição indeferida como concorrente nesta condição.

3.6. As pessoas portadoras de necessidades especiais que necessitarem de condições especiais para realizar as provas poderão requerer, no ato da inscrição, em formulário disponibilizado no site do BANPARÁ, atendimento especial, indicando o que necessitam para a realização das provas, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1.º e 2.º do Decreto n.º 3.298/99, alterado pelo Decreto n.º 5.296/2004.

3.7 O laudo médico (original ou cópia autenticada) terá validade somente para este concurso público e não será devolvido. Não serão fornecidas cópias desse laudo.

3.8 A relação dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na aludida condição, será publicada na Internet, no endereço eletrônico www.banparanet.com.br.

3.9. O candidato que apresentar requerimento nos termos deste item 3 submeter-se-á, quando convocado e se necessário, à perícia médica, que terá decisão terminativa sobre sua qualificação, enquanto candidato, como portador de necessidades especiais ou não.

3.10. Os candidatos que apresentarem requerimento nos termos deste item 3, caso aprovados no concurso, serão convocados para submeter-se à perícia por equipe multiprofissional de responsabilidade do BANPARÁ, constituída na forma do art. 43 do Decreto nº 3.298/1999, com vistas à confirmação da necessidade declarada, bem assim à análise da compatibilidade ou não dessa com as atribuições do cargo e, ainda, da viabilidade das condições de acessibilidade e da adequação do ambiente de trabalho para execução das tarefas.

3.10.1. A inobservância do disposto neste item determinará a perda do direito ao pleito da vaga reservada a portador de necessidades especiais - PNE.

3.10.2. A perícia médica terá decisão terminativa sobre a qualificação e aptidão do candidato, observada a compatibilidade da necessidade especial da qual é portador com as atribuições do cargo.

3.10.3. O candidato aprovado nos Exames Médicos Pré-Admissionais, porém não enquadrado como pessoa portadora de necessidade especial, pela perícia médica, caso seja aprovado no Concurso Público, continuará figurando apenas na lista de classificação geral do cargo.

3.10.4. O candidato portador de necessidade especial reprovado na perícia médica em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo de atuação será eliminado do Concurso Público.

3.11. O candidato que, no ato da inscrição, declarar ser portador de necessidade especial, se aprovado no Concurso Público, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo e, também, em lista específica de candidatos com necessidades especiais.

3.12. Os candidatos portadores de necessidades especiais - PNE, aprovados e classificados, que excederem às vagas a eles reservadas, serão convocados, para efeito de eventual nomeação, segundo a ordem geral de classificação.

3.13. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais - PNE, estas serão ocupadas pelos demais candidatos aprovados, observada a listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo.

3.14. Não serão aceitos protocolos de documentos e, as fotocópias deverão ser acompanhadas da apresentação do correspondente original ou autenticadas em cartório.

3.15. O candidato que, no ato da contratação, não apresentar toda a documentação, terá automaticamente tornada sem efeito sua convocação, sendo eliminado do certame.

3.16. O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua necessidade será excluído do processo, em qualquer fase deste Concurso

Público, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato.

3.17. Após a investidura do candidato, a necessidade não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria, salvo as hipóteses excepcionais de agravamento imprevisível da deficiência que impossibilitem a permanência do empregado em atividade.

4. DAS INSCRIÇÕES:

4.1. O processo de inscrição a este Concurso Público dar-se-á exclusivamente através da Internet, no período de 8h do dia 15 de Abril de 2010 até às 16h do dia 30 de Abril de 2010, no site .

4.1.1. O candidato que desejar solicitar isenção da taxa de inscrição deverá realizar inscrição provisória, por meio de formulário disponível no site do BANPARÁ (www.banparanet.com.br), até o dia 23 de abril de 2010, procedendo conforme o estabelecido nos itens 3, 5.2 e 5.3, conforme o caso.

5. DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO:

5.1. Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para:

a) Os candidatos que comprovarem ser portadores de necessidades especiais, nos termos da Lei Estadual n.º 6.988, de 2 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial do Estado de 4 de julho de 2007; ou

b) Os candidatos que declararem e comprovarem hipossuficiência de recursos financeiros para pagamento da referida taxa, nos termos do Decreto Federal nº. 6.593, de 2 de outubro de 2008.

5.1.1. Será desconsiderado o pedido de isenção de pagamento de taxa de inscrição do candidato que:

a) Omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

b) Fraudar e/ou falsificar documentos;

c) Pleitear a isenção sem apresentar cópia dos documentos indicados neste Edital.

5.1.2. O simples envio ou entrega da documentação não garante ao interessado a isenção de pagamento da taxa de inscrição, a qual estará sujeita à análise e deferimento da solicitação.

5.1.3. O envio da documentação exigida nos subitens 5.2. e 5.3. será de responsabilidade exclusiva do candidato. O BANPARÁ não se responsabilizará por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada/ entrega da referida documentação.

5.1.4. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento por meio diverso do estabelecido no presente Edital.

5.1.5. O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou documentação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicará na eliminação automática do processo de isenção.

5.1.6 -. Não haverá recurso contra o indeferimento da solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição.

5.2 DA ISENÇÃO PARA PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS.

5.2.1 Os candidatos portadores de necessidades especiais, conforme previsão constante na Lei Estadual n.º 6.988, de 2 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará de 4 de julho de 2007, e que atenderem ao item

3 - DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS PNE, terão direito à isenção da taxa de inscrição.

5.2.2. Será deferido o pedido de isenção de apenas uma taxa de inscrição para cada candidato pleiteante, de que trata o subitem anterior, desde que seja comprovada a necessidade especial por meio do encaminhamento da documentação especificada no item 3 deste Edital. Se houver mais de uma solicitação, será considerada como válida apenas aquela que for efetuada por último.

5.2.3. A divulgação do resultado das isenções deferidas/indeferidas será divulgada dia 28 de Abril 2010, no site www.banparanet.com.br.

5.2.4 O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido deverá, para efetivar a sua inscrição no concurso, imprimir a 2ª via do Boleto Bancário para pagamento, até às 16h do dia 30 de Abril de 2010, quando este recurso será retirado do site, para pagamento do boleto bancário neste mesmo dia, preferentemente, nas agências do Banpará, observado o horário de Belém.

5.2.5. O candidato que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecido no subitem anterior estará automaticamente excluído do concurso público.

5.2.6. Não será recebida qualquer documentação de candidato após o prazo mencionado neste Edital ou complementação da documentação apresentada.

5.3. DA ISENÇÃO PARA AS PESSOAS HIPOSSUFICIENTES:

5.3.1 Os candidatos hipossuficientes, deverão estar inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, não poderão estar exercendo qualquer atividade remunerada, ainda que informal, ou possuir outra fonte de renda, e deverão enviar os seguintes documentos:

a) Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição e Declaração de Hipossuficiência Financeira devidamente preenchidos, conforme modelo constante do ANEXO IV do presente Edital.

b) indicação do Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico;

c) declaração de que atende à condição de ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal n.º 6.135, de 26 de junho de 2007;

d) cópia do Documento de Identidade do candidato;

e) cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato;

f) Cópia do Cartão do CADÚNICO;

g) Boleto bancário gerado a partir da inscrição na internet.

5.3.2 A documentação indicada no item 5.3.1, será enviada, através de SEDEX, até o dia 23 de Abril de 2010, para o BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A - SUDEP, sito à Avenida Presidente Vargas, nº 251, 2º andar, Belém/PA, CEP: 66.010-000.

5.3.2.1. A critério do candidato, os documentos poderão ser entregues pessoalmente, até 23 de Abril de 2010, no horário de 8h30min às 12h30min.

5.3.3. É facultada a consulta ao órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

5.3.4 As informações prestadas no Pedido de Isenção de Taxa de Inscrição e Declaração de Hipossuficiência serão de inteira responsabilidade do candidato. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto no 83.936, de 6 de setembro de 1979.

5.3.5. O resultado das isenções deferidas/indeferidas será divulgado no dia 28 de Abril 2010, no site www.banparanet.com.br.

5.3.6. O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido deverá, para efetivar a sua inscrição no concurso, imprimir a 2ª via do Boleto Bancário para pagamento, até às 16h do dia 30 de Abril de 2010, quando este recurso será retirado do site, para pagamento do boleto bancário neste mesmo dia,